

Como poderá a Natureza contribuir para a reabilitação do Património da Capital do Algarve?

Cristina Grilo

(Geóloga, Pós-Graduada em Urbanismo)

25-01-2024

Nota: Trabalho realizado para a disciplina de Urbanismo Ecológico, no âmbito da Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve, apresentado em 03-02-2023, revisto à presente data.

Como poderá a Natureza contribuir para a reabilitação do Património da Capital do Algarve?

Índice:

1. Introdução.
2. Enquadramento da proposta.
 - 2.1. Ocupação e uso do território de Faro.
 - 2.2. Plano de Adaptação às Alterações Climáticas de Faro.
 - 2.3. Caracterização biofísica da Cidade de Faro.
3. Potencial e valores a considerar.
 - 3.1. Instalações da RTP no Algarve.
 - 3.2. Convenção de Faro - Valor do Património Cultural.
4. Proposta: Bosquete Urbano.

Lista de Figuras.

Referências Bibliográficas.

1. Introdução

Como poderá a Natureza contribuir para a reabilitação do Património da Capital do Algarve?

A pergunta que faço resulta de uma reflexão sobre a falta de vegetação na Cidade de Faro, à escala do seu espaço urbano e com características que gerem a conetividade e continuidade dos processos naturais em meio urbano, atualmente inexistentes.

Tendo em consideração os eventos de cheias e de inundações que ocorrem todos os anos em Faro, por um lado, e, por outro lado, os fenómenos de seca, de aumento da temperatura e de diminuição da precipitação média anual, parece-me evidente que a Cidade de Faro reclama por uma regulação climática e dos sistemas hídricos no seu espaço urbano!

Constatadamente, a Cidade de Faro tem um grande défice de espaços verdes de fruição pública!

O “Plano de Estrutura Verde de Faro”, de 1997, quantificou todas as áreas de espaços verdes da cidade e concluiu que era das mais baixas do país por habitante, de $5,1 \text{ m}^2/\text{hab}$ (o valor de referência, à época, da cidade de Berlim, era de $70 \text{ m}^2/\text{hab}$).

Desde 1997, nunca mais foram quantificadas as áreas de espaços verdes da Cidade de Faro, mas, certamente, terão decrescido com o crescimento da cidade. A falta de qualidade, na sua generalidade, do espaço urbanizado que observamos mostra-o, pois, para além de não ter qualquer integração ou harmonia de conjunto, não oferece aos seus residentes e/ou utilizadores a necessária proporção de espaços públicos, onde se incluem os espaços verdes, face aos elevados índices de construção.

Com efeito, o crescimento urbanístico da Cidade de Faro não tem integrado uma planeada estrutura ecológica urbana.

Como se pode constatar na imagem da fig. 1, não se observam manchas verdes significativas no tecido urbano de Faro. As manchas verdes, a norte e este, que rodeiam a área citadina densamente urbanizada, correspondem a áreas agrícolas, que deixarão de existir com a expansão da cidade.



Fig. 1. Imagem satélite da Cidade de Faro. (Imagem, orientada para norte, extraída do *Google Earth*).

O único Jardim público construído em Faro é o centenário Jardim da Alameda João de Deus (fig. 2), com cerca de 2 ha, existindo, também, a Mata do Liceu (fig. 3), com cerca de 3 ha. E todos os restantes espaços verdes públicos, de menor expressão, se inserem em largos, praças, ruas, urbanizações, circulares, etc.. Contudo, nem o Jardim da Alameda João de Deus, nem a Mata do Liceu, nem o conjunto de todos os espaços verdes públicos têm escala face à dimensão da Cidade de Faro.



Fig. 2. Fotografia da entrada do Jardim da Alameda João de Deus, Faro.



Fig. 3. Fotografia do interior da Mata do Liceu, Faro.

O problema dos espaços verdes em Faro não se coloca só ao nível da falta de quantidade, mas também da falta de qualidade: na sua generalidade, os locais de implantação não obedecem a quaisquer critérios de inserção na parte urbanizada e é efetuada uma escolha de espécies verdes impróprias e sem funções que beneficiem o ecossistema onde se inserem (fig. 4). A este facto, acresce a má gestão e manutenção que tem sido efetuada ao longo dos anos, que tem o seu culminar no abate e/ou nas podas radicais, destrutivas e debilitantes das árvores frondosas ainda existentes, deixando-lhes apenas o tronco (fig. 5).



Fig. 4. Árvores (jacarandás) junto a fachada da Igreja Matriz de São Pedro, Faro.

A Cidade de Faro não oferece aos cidadãos, residentes e visitantes, verdadeiros espaços verdes públicos, com dimensão e qualidade, que proporcionem o seu contacto com a natureza e a tão desejada sombra e frescura durante os extensos períodos de sol e calor característicos da região.

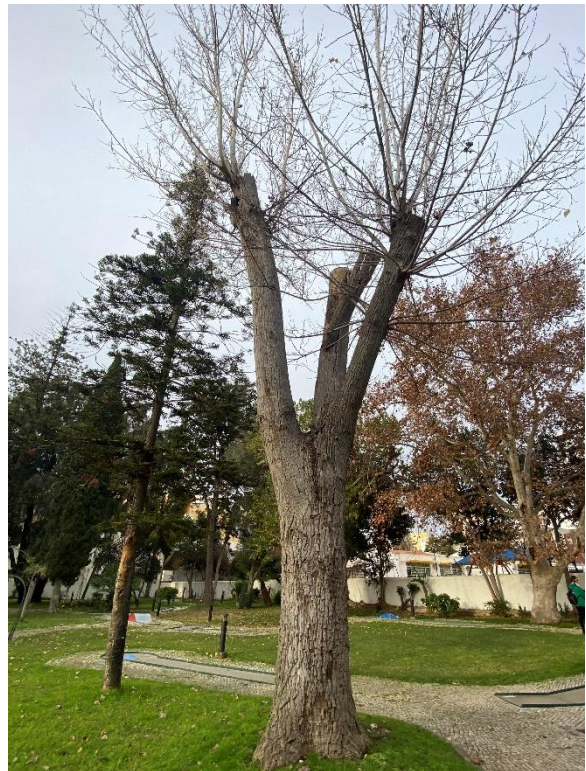


Fig. 5. Árvore sujeita a poda radical no Jardim da Alameda João de Deus, Faro.

Os espaços verdes em Faro, não só, não satisfazem as necessidades da população, como também não satisfazem as atuais exigências ambientais na prossecução de um desenvolvimento sustentável.

O sistema de vegetação constitui o principal património natural do território e representa o principal prestador de serviços ecossistémicos!

2. Enquadramento

A Cidade de Faro insere-se na União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro), a qual tem uma área de 74,75 km², e é a mais populosa e com características mais urbanas das quatro freguesias do concelho de Faro. De acordo com os resultados definitivos dos Censos 2021, tem 46 297 habitantes (do total de 67 566 habitantes do concelho), uma densidade populacional de 619,4 hab/km² (muito acima da média nacional, de 112,2 hab/km²) e uma taxa de variação da população residente entre 2011 e 2021 de +3,86%, sendo expectável o crescimento da população nos próximos anos.

O concelho de Faro constitui o território que se localiza mais a sul de Portugal Continental, que culmina no Cabo de Sta. Maria, na Ilha Deserta, a sul de Faro. A cidade está praticamente rodeada a este, sul e oeste pelo Parque Natural da Ria Formosa, o que a dota de uma extensa frente ribeirinha, confinando, portanto, com áreas de grande riqueza paisagística e ambiental a proteger.

2.1. Ocupação e uso do território de Faro

Na fig. 6 são apresentados os principais usos e ocupações do solo da União das Freguesias de Faro, onde se insere a área urbana da Cidade de Faro e uma periferia rural para onde a cidade se está a expandir.

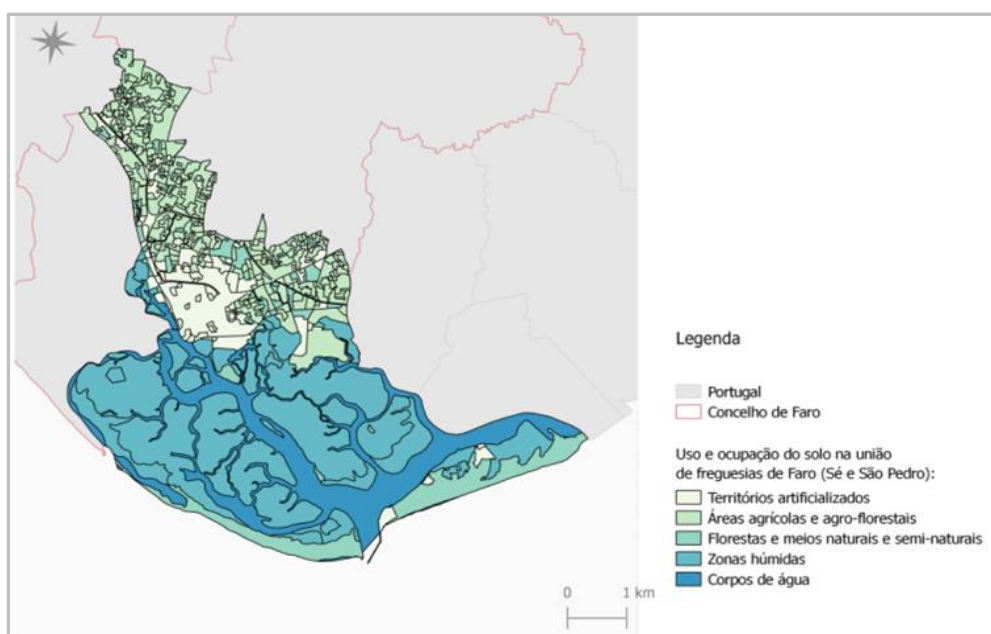


Fig. 6. Carta de Uso e Ocupação do Solo da União de Freguesias de Faro. (Site da DGT).

Como se constata, na Cidade de Faro predominam os territórios artificializados, que irão crescer, face à tendência de crescimento populacional e à necessidade de habitação. Portanto, a tendência é a de crescente impermeabilização do solo, contrariando as orientações que deveriam conduzir à adaptação deste território para o tornar resiliente aos impactos negativos decorrentes das alterações climáticas.

2.2. Plano de Adaptação às Alterações Climáticas de Faro

Em 2020 foi aprovado, pela Assembleia Municipal de Faro, o “Plano de Adaptação às Alterações Climáticas de Faro”.

As principais alterações climáticas, indicadas neste plano, projetadas para Faro nos próximos anos, são:

- diminuição da precipitação média anual, com aumento do período de seca;
- vento forte e aumento dos fenómenos extremos, como as chuvas torrenciais;
- subida do nível médios das águas do mar;
- aumento da temperatura média anual, especialmente das máximas, gerando, nomeadamente, ondas de calor.

Tendo em conta a análise efetuada no âmbito de cada um dos eventos climáticos e as consequências das modificações previstas no clima, os principais impactos negativos diretos expectáveis são os relacionados com:

- temperaturas elevadas e ondas de calor;
- secas;
- precipitação excessiva (cheias/inundações);
- aumento da temperatura dos oceanos;
- vento forte.

Desde a aprovação deste plano, não é visível a implementação de medidas para mitigar os impactos supra identificados.

2.3. Caracterização biofísica da Cidade de Faro

Para além da ocupação e uso do território de Faro, as características biofísicas do seu território também não são favoráveis para mitigar os impactos negativos decorrentes das alterações climáticas.

Clima

O clima é mediterrânico, com uma temperatura amena durante todo o ano, mas com fraca precipitação, poucos dias de chuva, chuvas torrenciais nos meses de novembro e dezembro e muitas horas de sol (fig. 7).

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Temperatura média (°C)	13	13.2	14.6	16	18.5	21.6	23.5	24	22.2	19.7	15.9	14
Temperatura mínima (°C)	10.9	11	12.2	13.5	15.7	18.5	20.1	20.9	19.6	17.5	13.8	12.1
Temperatura máxima (°C)	15.2	15.5	16.9	18.4	21.1	24.2	26.4	26.8	24.6	21.8	18.1	16
Chuva (mm)	58	50	57	45	26	5	0	2	20	70	71	95
Umidade(%)	74%	72%	72%	71%	68%	65%	61%	63%	70%	75%	72%	75%
Dias chuvosos (d)	6	4	5	5	4	1	0	0	2	5	5	6
Horas de sol (h)	6.7	7.6	8.5	9.7	11.1	12.2	12.4	11.7	10.1	8.5	7.4	6.6

Fig. 7. Dados climatológicos para Faro (valores médios entre 2019-2021). (Site Climate Data).

Durante o dia, as temperaturas no verão variam entre os 25°C e 30°C, e de inverno entre os 15°C e 20°C. Durante a noite, as temperaturas no verão variam entre 15°C e 20°C e de inverno entre os 6°C ou 7°C.

Os meses mais quentes são os de julho e agosto. Os meses mais chuvosos são os de novembro e dezembro. Os meses mais frios são janeiro e fevereiro.

A insolação no concelho varia entre 2900 horas e 3100 horas de sol descoberto acima do horizonte, com valores mais altos observados para a área a sul do concelho.

Topografia e Relevo

No concelho predominam as baixas altitudes, com 71% abaixo dos 100m e 92% abaixo dos 24m.



Fig. 8. Carta hipsométrica de Faro. (*Site topographic-map.com*).

Sendo Faro uma cidade litoral, a sua topografia é sustentada por cotas baixas, que variam entre os 0m, junto à Ria Formosa, e os 45m nos pontos mais altos (fig. 8).

Os contornos de relevo são muito suaves, com declives abaixo dos 10%.

Geologia e Hidrogeologia

A geologia (fig. 9) é monótona e justifica as suaves formas de relevo, com rochas porosas não consolidadas, predominando a “Formação do Ludo – Areias e Cascalheiras” sobre os “Aluviões e Sapais” (oeste e sul) e os “Siltes Glauconíticos da Campina de Faro” (este).

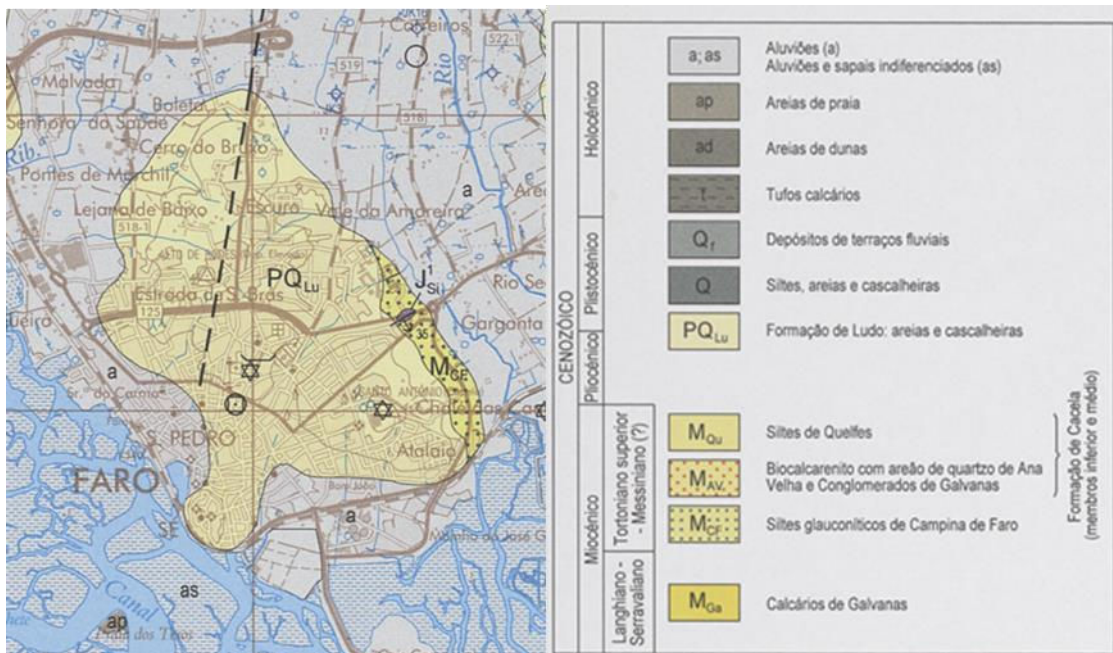


Fig. 9. Extrato da Carta Geológica 53-A – FARO (Serviços Geológicos de Portugal, 1987).

Em termos de hidrogeologia (fig.10), as rochas porosas descritas geram sistemas de aquíferos com permeabilidade elevada e medíocre ou variável, com, respetivamente, risco de contaminação alto a médio.

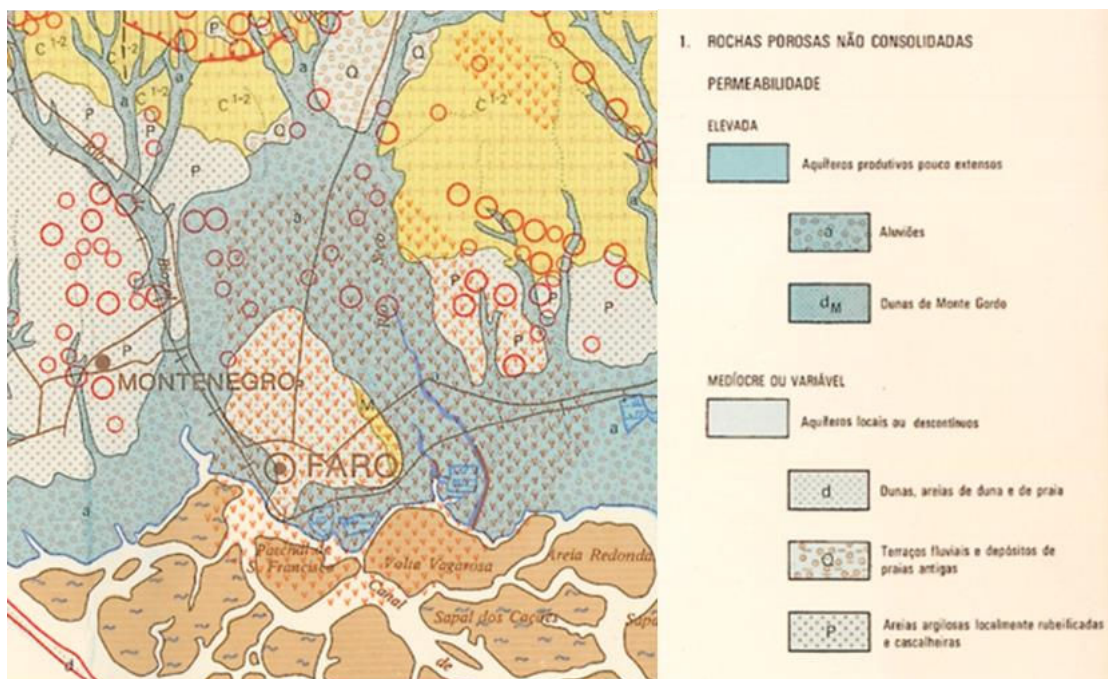


Fig. 10. Extrato da Carta Hidrogeológica da Orla Algarvia – Folha A2 (Serviços Geológicos de Portugal, 1985).

Hidrografia

Os principais cursos de água do concelho de Faro, e que geram as principais bacias hidrográficas, são o Rio Seco, a Ribeira do Biogal, Ribeira de Marchil e a Ribeira de São Lourenço.

Em termos de hidrografia, todos os cursos de água drenam para a Ria Formosa e têm regimes torrenciais durante o período das chuvas no inverno e caudais reduzidos ou nulos no verão.

3. Potencial e valores a considerar

Face ao apresentado, para mitigar os impactos das alterações climáticas e reforçar a resiliência do território, há que identificar potencialidades ainda existentes, passíveis de intervenção no curto prazo.

Assim sendo, considero que a **Cidade de Faro tem, para já, uma área disponível e com boas características para acolher um novo espaço verde**. Trata-se das instalações da Radio e Televisão de Portugal (RTP) no Algarve (fig. 11).



Fig. 11. Imagem satélite da Cidade de Faro, com a localização das Instalações da RTP. (Imagem extraída do site da DGPC).

3.1. Instalações da RTP no Algarve

As Instalações da RTP no Algarve foram classificadas, em 2021, como “Monumento de Interesse Municipal – Edifício da RTP em Faro e restantes elementos associados”, através do Edital n.º 340/2021, de 23 de março, do Município de Faro (fig. 12).



Fig. 12. Imagem satélite com a implantação do “Monumento de Interesse Municipal – Edifício da RTP em Faro e restantes elementos associados” na cidade de Faro.(Imagem extraída do *site* da DGPC)

Atendendo que havia intenção da venda destas instalações, manifestada publicamente pela RTP, para, mais uma vez, dar prioridade à construção e aos interesses imobiliários, foi imperioso promover e concretizar a respetiva classificação. Desta forma, ficou garantida a proteção do relevante património, material e imaterial, associado à RTP, e, também, ficou acautelada a futura valorização do local, com a pretensão de vir a transformar-se numa paisagem que resulte de um urbanismo ecológico e ambientalmente sustentável.

Ressalvo a importância da RTP e das suas instalações no Algarve.

A RTP é a empresa com mais história e tradição na comunicação e informação em Portugal, tendo sido fundada em 1935 com o nome de Emissora Nacional e iniciado as primeiras emissões regulares de rádio em 1935 e as de televisão em 1957. No sul do país, o Estado decidiu avançar, em finais de 1947, com a instalação em Faro do Emissor Regional do Sul da Emissora Nacional, em terrenos cedidos pelo Município de Faro, concretizando-se a sua instalação e entrada em funcionamento nos anos 50. A RTP tem tido a importante missão da prestação do serviço público de comunicação e informação e de divulgação da língua portuguesa no mundo, chegando a um vasto e heterogéneo público e cobrindo alargados segmentos de população portuguesa, em Portugal e no Mundo. Estas instalações apresentam, assim, um valor cultural relevante para a Cidade de Faro, não só pelas características arquitetónicas do edifício principal (no que concerne ao valor dos materiais, estética e porque retrata uma época, do modernismo português, popularmente chamado de “português suave”), mas, também, porque são portadoras de valores simbólicos, uma vez que constituem uma testemunha notável de vivências e factos históricos da comunicação e informação regionais, que se refletem na memória coletiva dos munícipes farenses e de todos os que, de alguma forma, se relacionam com o Algarve. Foram a 3ª Emissora Nacional (a seguir a Lisboa e Porto), muito importante para o radialismo, tendo a sua construção respeitado as mais modernas regras de insonorização existentes à época, existindo, ainda, um espólio técnico de gravação, edição e emissão de rádio e televisão. Também foram a antiga sede da Rádio Algarve, que, na época, foi o mais moderno meio de comunicação e de difusão da cultura e da voz dos algarvios por todo o mundo.



Fig. 13. Fotografia do edifício principal – vista da fachada principal (virada a norte).

As Instalações da RTP são constituídas por um edifício principal, de dois pisos, com cerca 422m², e pequenos edifícios anexos (fig.s 13 e 14), implantados num terreno com uma área total de 14 095 m² (fig. 15).



Fig. 14. Fotografia do edifício principal – vista da fachada traseira (virada a sul).

Estas instalações estão localizadas entre a Av. Calouste Gulbenkian, a Estrada da Sra. da Saúde e o Bairro de Alto Rodes, e confinam a este com o Edifício do Arquivo Distrital de Faro (fig. 15).

A Av. Calouste Gulbenkian é uma circular à cidade, uma das principais artérias rodoviárias, e onde foi recentemente construída uma ciclovia.

Portanto, o conjunto tem uma boa localização, pois está inserido numa das principais entradas da cidade e na sua malha urbana.



Fig. 15. Imagem satélite com a localização das Instalações da RTP (edifício e recinto) inseridas na malha urbana de Faro. (Imagem 2D, orientada para norte, extraída do Google Earth).

Contudo, embora seja servida por duas entradas, toda a área está vedada ao uso público, obrigando, a quem se desloque na sua envolvência (a pé ou de bicicleta), entre a Av. Calouste Gulbenkian, a Estrada da Sra. da Saúde e o Bairro de Alto Rodes, a percorrer todo o longo perímetro do recinto ao longo de muros e vedações (fig. 16).

De ressaltar que, o recinto foi todo aterrado a uma cota média de cerca de 26m (para que pudesse ser instalada a Antena do Emissor), inserindo-se na topografia envolvente (com cotas ligeiramente mais altas a norte, cerca de 30m, e mais baixas a sul, de cerca de 23m) e que as características dos materiais do aterro são idênticas às do terreno no seu estado natural. Ou seja, são materiais arenosos com alta porosidade e elevada permeabilidade, excelentes para a infiltração das águas e conseqüente alimentação dos recursos hídricos abaixo da superfície, apesar da sua elevada suscetibilidade à poluição.

Atualmente, a parte edificada das Instalações da RTP está degradada e o terreno onde se implanta não tem qualquer uso, apresentando o conjunto um aspeto muito decadente, em total desarmonia com a paisagem envolvente (fig. 16), não contribuindo para a coesão urbana, de bairro, desta área da cidade, apesar do seu enorme potencial.



Fig. 16. Fotografias do edificado e do recinto (murado e vedado) das instalações da RTP.

Em termos de enquadramento no ordenamento do território, no Plano Diretor Municipal (PDM) de Faro em vigor, as Instalações da RTP estão inseridas em “espaço urbano estruturante IA”, sendo esta classe compatível com a eventual implantação de um espaço verde. Ainda assim, o PDM encontra-se em revisão e poderá esta classificação ser alterada para uma classificação que indique expressamente o indicado nesta proposta.

3.2. Convenção de Faro – Valor do Património Cultural

A Convenção de Faro representa um acordo muito importante através do qual Portugal assumiu compromissos para a valorização integrada do património, ambiente, sustentabilidade e qualidade de vida.

Trata-se de uma “Convenção-Quadro sobre o valor do Património Cultural para a Sociedade do Conselho da Europa”, subscrita em Faro, pelos Estados Membros do Conselho da Europa, em Outubro de 2005, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008, e que entrou em vigor no dia 1 de junho de 2011.

Nos termos do seu Artigo 2.º, definem-se:

“a) O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspectos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo;

b) Uma comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspectos do património cultural que desejam, através da iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras.”

“(…) A finalidade da nova Convenção de Faro do Conselho da Europa é o reconhecimento de “valor” para a sociedade do património histórico e da cultura, considerados como realidades dinâmicas, resultado de uma fecunda dialéctica entre o que recebemos e o que legamos relativamente à criação humana. Os valores não são objectos ideais. E os fenómenos culturais participam dessa qualidade, não cabendo em “modelos estáticos”, devendo, sim, inserir-se no horizonte da “experiência histórica”(…)”.¹

¹ Segundo Guilherme d’Oliveira Martins (2011), impulsionador e coordenador da Convenção de Faro.

Portanto, esta convenção, à semelhança do novo “conceito de paisagem global”², considera o conceito de património global, onde se imiscuem, inclusivamente, o património ambiental e paisagístico. “Toda a paisagem é cultural, [alterada pelo homem ao longo de séculos]”(…)³

4. Proposta: Bosquete Urbano

Face ao exposto, há razões que justificam plenamente a construção de um novo espaço verde aberto⁴, para uso e fruição públicos, à escala de bairro, como um Bosquete Urbano localizado nas Instalações da RTP.

O que proponho é a construção de um Bosquete Urbano que valorize o património classificado, material e imaterial, da informação e comunicação regional, e que promova a coesão, a ligação, a comunicação das áreas de bairro envolventes e da população fareense e de todos os outros utilizadores.

Com estas características, só me ocorreu chamar-lhe **“BOSQUETE DA COMUNICAÇÃO”**.



Fig. 17. Fotografias de exemplos de espécies arbóreas a plantar no Bosquete.

² Conceito do Arq.¹⁰ Gonçalo Ribeiro Telles.

³ Segundo o Arq.¹⁰ Paisagista Fernando Santos Pessoa (2017), aluno e herdeiro do legado do Arq.¹⁰ Gonçalo Ribeiro Telles.

⁴ A *Catalogue of Nature-Based Solutions for Urban Resilience.2021. Open Green Spaces*, 98-111.

A pretensão é que se construa um Bosquete Urbano que contemple:

- principalmente, a plantação de espécies arbóreas de grande porte (fig. 17) que se adaptem ao local e que gerem sombra e refrescamento do ambiente (como, p.e., tílias, amoreiras, plátanos, freixos, lodãos, ciprestes, pinheiros-mansos);
- a existência de caminhos/percursos que facilitem a mobilidade suave nesta área da cidade (pedonal e uso de bicicletas e trotinetes), facilitando as ligações/comunicações entre a Av. Calouste Gulbenkian, Estrada da Sra. da Saúde e todo o Bairro de Alto Rodes, e a sua ligação a outras zonas importantes da cidade, como o Teatro das Figuras e o Parque Ribeirinho;
- áreas de lazer, apetrechadas com mobiliário urbano (como mesas, bancos e papelarias), que permitem à população tirar proveito da relação com a natureza (fig. 18).



Fig. 18. Fotografia de um Bosquete Urbano (Vaniçelos, Setúbal).

O projeto também deverá enquadrar, em simultâneo, a reabilitação e requalificação do edifício da RTP, tendo em perspetiva a ambição de criar condições para acolher:

- os serviços e profissionais da RTP e outros conexos com estes que a RTP entenda (para voltar a dar dimensão e protagonismo à comunicação e informação regionais);
- um “Museu Vivo e Interativo da Informação e Comunicação”, com ligação à Universidade do Algarve (porque tem cursos ligados a estas temáticas, como as Ciências da Comunicação e o Design de Comunicação e a Arquitetura Paisagista).

Em suma, para além de reabilitar e requalificar a paisagem e de promover a coesão urbana de toda a área, atualmente inexistente, o projeto deverá contribuir para a resiliência e equilíbrio ecossistémico do território urbano da Cidade de Faro:

- gerando processos que aumentam os benefícios para o ambiente e qualidade de vida urbana: de arrefecimento e sombreamento, da biodiversidade, de sequestro de carbono e emissão de oxigénio, da infiltração das águas pluviais e da recarga dos aquíferos, da evapotranspiração;
- com funções reguladoras e/ou compensadoras de cheias e inundações, do calor e da seca, da biodiversidade e da poluição do ar, do solo e das águas (superficiais e subterrâneas).

Por fim, este projeto deverá proporcionar benefícios culturais e recreativos, relaxantes e indutores do convívio social, contribuindo para o equilíbrio físico e psíquico dos utilizadores e sua qualidade de vida.



Fig. 19. Instalações da RTP, atualmente e numa perspetiva esquemática com o “Bosquete da Comunicação”. (Imagem 2D, extraída do *Google Earth*).

Lista de Figuras:

- Fig. 1. Imagem satélite da Cidade de Faro. (Imagem, orientada para norte, extraída do *Google Earth*).
- Fig. 2. Fotografia da entrada do Jardim da Alameda João de Deus, Faro.
- Fig. 3. Fotografia do interior da Mata do Liceu, Faro.
- Fig. 4. Fotografia do interior do Jardim da Alameda João de Deus, Faro.
- Fig. 5. Fotografia de árvore sujeita a poda radical no Largo do Carmo, Faro.
- Fig. 6. Carta de Uso e Ocupação do Solo da União de Freguesias de Faro. (*Site da DGT*).
- Fig. 7. Dados climatológicos para Faro (valores médios entre 2019-2021). (*Site Climate Data*).
- Fig. 8. Carta hipsométrica de Faro. (*Site topographic-map.com*).
- Fig. 9. Extrato da Carta Geológica 53-A – FARO (Serviços Geológicos de Portugal, 1987).
- Fig. 10. Extrato da Carta Hidrogeológica da Orla Algarvia – Folha A2 (Serviços Geológicos de Portugal, 1985).
- Fig. 11. Imagem satélite da Cidade de Faro, com a localização das Instalações da RTP. (Imagem extraída do *site* da DGPC).
- Fig. 12. . Imagem satélite com a implantação do “Monumento de Interesse Municipal – Edifício da RTP em Faro e restantes elementos associados” na cidade de Faro.(Imagem extraída do *site* da DGPC).
- Fig. 13. Fotografia do edifício principal – vista da fachada principal (virada a norte).
- Fig. 14. Fotografia do edifício principal – vista da fachada traseira (virada a sul).
- Fig. 15. Imagem satélite com a localização das Instalações da RTP (edifício e recinto) inseridas na malha urbana de Faro. (Imagem 2D, orientada para norte, extraída do *Google Earth*).
- Fig. 16. Fotografias do edificado e do recinto (murado e vedado) das instalações da RTP.
- Fig. 17. Fotografias de exemplos de espécies arbóreas a plantar no Bosquete.
- Fig. 18. Fotografia de um Bosquete Urbano (Vanicelos, Setúbal).
- Fig. 19. Instalações da RTP, no estado atual e com o “Bosquete da Comunicação” (esquemático). (Imagem 2D, extraída do *Google Earth*).

Referências Bibliográficas:

- Agência Portuguesa do Ambiente / Administração da Região Hidrográfica do Algarve – SNIRH. 2018. *Bacias hidrográficas no concelho de Faro*. Disponível em <https://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=2&idItem=1>, acessado em 20-01-2023.
- Amaral Brites, J., Esteves Costa, F., Vieira da Silva, A. Yolanda Pedrosa. 1985. *Carta Hidrogeológica da Orla Algarvia (Escala 1:100 000)*. Serviços Geológicos de Portugal, DGGM.
- Brito, J. A., Santos, M. A. 1997. *Plano de Estrutura Verde de Faro 1997*. Câmara Municipal de Faro - Pelouro do Planeamento Urbano.
- Câmara Municipal de Faro. 2019. *Deliberação da reunião, de 07-10-2019, de aprovação da Proposta n.º 352/2019/CM – “Classificação do Edifício da RTP Faro de Imóvel de Interesse Municipal*. Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Faro no dia 7 de outubro de 2019. Disponível em https://www.cm-faro.pt/upload_files/client_id_1/website_id_1/Reunioes%20de%20Camara/Atas%20-%202013/23%20-%2007-10-2019.pdf, acessada em 20-01-2023.
- Câmara Municipal de Faro. 2020. *Plano de Adaptação às Alterações Climáticas de Faro*. Disponível em <https://www.cm-faro.pt/pt/noticias/54063/municipio-de-faro-ja-tem-plano-municipal-de-adaptacao-as-alteracoes-climaticas.aspx>, acessado em 20-01-2023.
- Centro Nacional da Cultura. 2011. *Convenção de Faro*. Disponível em <https://www.cnc.pt/convencao-de-faro/>, acessado em 20-01-2023.
- Centro Nacional de Cultura. 2017. *Fernando Pessoa, o arquiteto que plantou poesia na paisagem*. Artigo de Idílio Revez. Disponível em <https://www.e-cultura.pt/artigo/22645>, acessado em 20-01-2023.
- Climate Data. 2023. *Dados Climatológicos para Faro*. Disponível em <https://pt.climate-data.org/europa/portugal/faro/faro-142/>, acessado em 20-01-2023.
- Decreto-Lei n.º 309/2009 - Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda. Diário da República n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23, páginas 7975 – 7987.
- Direção-Geral do Território – SNIG. 2020. *Carta de Uso e Ocupação do Solo em 2018*. Disponível em <https://snig.dgterritorio.gov.pt/rndg/srv/por/catalog.search>, acessado em 20-01-2023.

Edital n.º 340/2021 - Procedimento de classificação do «Edifício da RTP em Faro e restantes elementos associados», também denominado como «Conjunto urbano formado pelo recinto de proteção à antena, edifício do centro emissor e edifícios anexos». Diário da República n.º 57/2021, Série II de 2021-03-23, páginas 279 – 280.

Instituto Nacional de Estatística. 2023. *Censos 2021 Resultados Definitivos*. Disponível em https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_populacao&xpid=CENSOS21, acessado em 20-01-2023.

Lei n.º 107/2001 - Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08, páginas 5808 – 5829.

Manupella, Pais, J., G., Ramalho, M., Telles Antunes. 1987. *Carta Geológica 53-A – FARO (Escala 1: 50 000)*. Serviços Geológicos de Portugal, DGGM.

Património Cultural. 2021. *Monumento de Interesse Municipal - Edifício da RTP em Faro e restantes elementos associados*. Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em [DGPC | Pesquisa Geral \(patrimoniocultural.gov.pt\)](https://www.patrimoniocultural.gov.pt), acessado em 20-01-2023.

Pessoa, F. S. 1017. *Intervir na Paisagem*. Argumentum.

Pessoa, F. S. 2021. *Gonçalo Ribeiro Telles - O Homem e a Obra*. Argumentum.

Pessoa, F. S., Telles, G. R. 1996. *Paisagens e Espaços Naturais*. Clube Internacional do Livro.

Radio Televisão Portuguesa. 2015. *A RTP > HISTÓRIA*. Disponível em <https://media.rtp.pt/empresa/rtp/historia/>, acessado em 20-01-2023.

Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 - Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005. Diário da República n.º 177, Série I, 12-09-2008, páginas 6640-6652.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 174/95 - Ratifica o Plano Director Municipal de Faro, e publica em anexo o respectivo Regulamento. Diário da República n.º 291/1995, Série I-B de 1995-12-19, páginas 7989 – 8007.

Telles, G. R. 2022. *Gonçalo Ribeiro Telles Textos Escolhidos*. Seleção de textos de Fernando Santos Pessoa. 2ª Edição. Argumentum.

topographic-map.com. 2023. *Mapa topográfico Faro*. Disponível em <https://pt-topographic-map.com/map-d3g18/Faro/>, acessado em 20-01-2023.

World Bank. 2021. *A Catalogue of Nature-Based Solutions for Urban Resilience*.

World Bank, Washington, DC. © World Bank.

<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/36507> License: CC BY 3.0 IGO.